

AGAMBEN E CHARTIER, LEITORES DE FOUCAULT: UM RETORNO AO AUTOR

AGAMBEN AND CHARTIER, FOUCAULT'S READERS: A RETURN TO THE AUTHOR

*Fabíola Simão Padilha Trefzger**

Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO: Tendo na mira a conferência de Foucault “O que é um autor?”, buscarei discutir 1) os elementos do texto de Foucault, privilegiados por Agamben e Chartier, que motivaram um retorno à categoria autor, 2) as distintas perspectivas de análise adotadas, em conformidade com os respectivos campos de atuação dos estudiosos em pauta, 3) os possíveis desdobramentos resultantes dessas abordagens, como contribuição para o atual debate sobre o tema e 4) a pertinência e necessidade de redimensionamento da figura autoral, hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Foucault. Agamben. Chartier. Leitura. Autor.

ABSTRACT: By focusing on Foucault's lecture “What is an author?”, I seek to discuss 1) the elements in Foucault's text that have prompted a return to the category of author by Agamben and Chartier; 2) the different analytical perspectives adopted by Agamben and Chartier, according to their respective fields of study; 3) the possible consequences of their approaches as contributions to current debates on the subject and; 4) the relevance of, and the need for, a contemporary rethinking of authorship.

KEYWORDS: Foucault. Agamben. Chartier. Reading. Author.

* É doutora em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora de literatura da Universidade Federal do Espírito Santo, do Departamento de Línguas e Letras e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Ufes. Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: fabiolapadilha27@gmail.com

AGAMBEN E CHARTIER, LEITORES DE FOUCAULT: UM RETORNO AO AUTOR

Numa tarde de fevereiro de 1969, diante de uma plateia lotada, um tanto impaciente e inquieta com seu atraso, Michel Foucault profere, no Collège de France, a célebre conferência “O que é um autor?” (FOUCAULT, 2001, p. 264-298). No mesmo ano, o texto dessa conferência é publicado no Boletim da Sociedade Francesa de Filosofia. Convidado a falar, no ano seguinte, ou seja, em 1970, na Universidade de Buffalo (Estado de Nova York), Foucault repete a conferência, imprimindo apenas algumas modificações ao texto matriz. Esta segunda versão saiu publicada nos EUA em 1979. Naquele momento, em que se assistia aos últimos estertores da década de 1960, uma certa imagem de autor consagrada como uma espécie de núcleo controlador do significado, servindo de parâmetro inclinado a regular o “sentido único, de certo modo teológico” (BARTHES, 1987, p. 51), da escrita sob a salvaguarda de sua assinatura, vinha sendo seriamente revista, ou melhor, sepultada, se nos ativermos à intrepidez com que Roland Barthes, em 1968, antecipando, portanto, os questionamentos propostos por Foucault em “O que é um autor?”, decreta “A morte do Autor” (BARTHES, 1987, p. 49-53). O pronunciado óbito, em consonância com o paradigma estruturalista, voga proeminente nas décadas de 1960 e 1970, assentava suas bases na ideia de que “[...] o autor nunca é nada mais para além daquele que escreve, tal como *eu* não

é senão aquele que diz *eu*: a linguagem conhece um ‘sujeito’, não uma ‘pessoa’, e esse sujeito, vazio fora da própria enunciação que o define, basta para fazer suportar a linguagem, quer dizer, para a esgotar” (BARTHES, 1987, p. 51). Longe de ser uma incitação homicida por parte do semiólogo, a “morte do autor” tem como corolário a deposição dos privilégios deste último, reputado como unidade transcendente. Em seu lugar, Barthes confere relevo à figura desontologizada do leitor, destinado a ocupar o lugar do morto, e sentencia: “o nascimento do leitor tem de pagar-se com a morte do Autor” (BARTHES, 1987, p. 53).

É na esteira do apagamento do autor, de seu já constatado desaparecimento, que Foucault participa do debate, expressando inteira afinidade com a perspectiva aberta por Barthes, ao afirmar:

[...] a escrita de hoje se libertou do tema da expressão: ela se basta a si mesma, e, por consequência, não está obrigada à forma da interioridade; ela se identifica com sua própria exterioridade desdobrada. O que quer dizer que ela é um jogo de signos comandado menos por seu conteúdo significado do que pela própria natureza do significante [...]. Na escrita, não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever; não se trata da amarração de um sujeito em uma linguagem; trata-se da abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não pára de desaparecer.
(FOUCAULT, 2001, p. 268)

Fixando o liame da escrita com a morte, que redundaria no “desaparecimento das características individuais do sujeito que escreve”, Foucault conclui que “a marca do escritor não é mais do que a singularidade de sua ausência”, acrescentando categórico que “é preciso que ele faça o papel do morto no jogo da escrita. Tudo isso é conhecido; faz bastante tempo que a crítica e a filosofia constataram esse desaparecimento ou morte do autor” (FOUCAULT, 2001, p. 269). Não por acaso, de modo talvez a performar esse necessário apagamento, Foucault enceta suas considerações sobre o tema

tomando de empréstimo uma formulação atribuída a Beckett: “Que importa quem fala, alguém disse, que importa quem fala” (FOUCAULT, 2001, p. 267-268), ensaiando seu próprio desaparecimento. Aliás, vale registrar que o gesto será repetido na aula inaugural dada por Foucault no mesmo Collège de France em 1970, ano em que assume a cátedra *História dos sistemas de pensamento*. Ao apresentar o tema escolhido para a ocasião, com o título “A ordem do discurso”, Foucault confessa:

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento.
(FOUCAULT, 1996, p. 5-6)

Abdicando de antemão de aplicar-se à “análise histórico-sociológica do personagem autor”, Foucault esclarece que lhe interessa, por ora, examinar a relação do texto com o autor e propõe então discutir a questão partindo do princípio de que o autor exerce uma função em relação a um determinado contingente de discursos. A delimitação do território discursivo faz-se necessária na medida em que nem todas as manifestações de escrita são providas da função autor. A função autor, conforme sintetiza o filósofo, é “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade” (FOUCAULT, 2001, p. 274).

A abordagem cautelosa dessa relação do texto com o autor, pressupondo o reconhecimento das escritas passíveis de autoria, põe em evidência, por sua vez, a necessidade de reavaliação de duas outras questões espinhosas: a noção de obra e a noção de escrita, noções que, para Foucault, atravancam

e impedem a destituição dos privilégios do autor. A primeira delas, a noção de obra, é problematizada no que tange aos seus limites: em face do espólio deixado pelo autor, o que pode ser considerado obra? Daí a indagação do filósofo: “será que tudo o que ele [o autor] escreveu ou disse, tudo o que ele deixou atrás de si faz parte de sua obra?” (FOUCAULT, 2001, p. 269). A dificuldade de estabelecimento de divisas entre obra e não-obra é assim o que põe em xeque o propósito estruturalista de deixar de lado a figura do autor e conceder privilégio exclusivo à obra “em si mesma”, razão pela qual Foucault chega à conclusão de que “[a] palavra ‘obra’ e a unidade que ela designa são provavelmente tão problemáticas quanto a individualidade do autor” (FOUCAULT, 2001, p. 270). A segunda noção, a noção de escrita, também carrega de certo modo uma crítica aos métodos estruturalistas de lidar com os textos, mostrando como, na tentativa de “pensar a condição geral de qualquer texto, a condição ao mesmo tempo do espaço em que ele se dispersa e do tempo em que ele se desenvolve” (FOUCAULT, 2001, p. 270), essa noção, ao invés de contribuir para o desaparecimento do autor, acaba por ratificar sua presença. Foucault indaga aí se o esforço de apagamento das marcas “demasiadamente visíveis do empirismo do autor” diretamente relacionado ao empenho de garantir a sobrevivência da obra não seria uma maneira de lhe conceder um “anonimato transcendental”, com o consequente transporte e a absorção paradoxal das características empíricas do autor. Nas palavras de Foucault:

[...] pensar a escrita como ausência não seria muito simplesmente repetir em termos transcendentais o princípio religioso da tradição simultaneamente inalterável e jamais realizada, e o princípio estético da sobrevivência da obra, de sua manutenção além da morte, e do seu excesso enigmático em relação ao autor? (FOUCAULT, 2001, p. 271)

Ao invés de “repetir como afirmação vazia que o autor desapareceu”, Foucault procura se deter nos locais onde a função autor é exercida. A localização da função autor, bem como a verificação de seus modos de circulação,

em diferentes tempos e nos mais variados espaços discursivos, buscando situar historicamente a emergência de textos portadores de autoria, em analogia com os textos desprovidos dessa condição, é explorada recenseando ainda os problemas que o uso do nome de autor acarreta, comparado, para melhor dele se distinguir, ao do nome próprio.

Por fim, Foucault encerra suas reflexões acenando para uma questão incontornável, correlacionada à autoria – a questão da função sujeito, de que a função autor seria, na sua perspectiva, apenas uma de suas especificações possíveis. A despeito de reconhecer que “o caráter absoluto e o papel fundador do sujeito” já foram amplamente postos na berlinda pela crítica que excluía os dados externos ao texto, em benefício de uma análise imanente de seus elementos estruturantes, Foucault advoga um retorno ao sujeito objetivando “apreender [seus] pontos de inserção, [seus] modos de funcionamento e [suas] dependências” (FOUCAULT, 2001, p. 287), ou seja, visando a “analisá-lo como uma função variável e complexa do discurso” (FOUCAULT, 2001, p. 287).

Passados mais de 40 anos, é possível perceber que as formulações contidas nessa conferência de Foucault seguem provocando reflexões que, ao mesmo tempo em que aquilatam a valiosa contribuição do filósofo para o redimensionamento da instância autoral, inspiram uma permanente disposição revisionista na tentativa talvez de, procedendo à sua genealogia, desarquívá-la conforme as demandas históricas do presente de cada leitor. É o que podemos ver em duas dessas leituras que, a seguir, passo a comentar: a realizada pelo filósofo italiano Giorgio Agamben (2007, p. 55-63), em “O autor como gesto” e a efetuada pelo historiador francês Roger Chartier (2012), em *O que é um autor? Revisão de uma genealogia*. Tendo na mira o crivo dessas leituras, procurarei discutir 1) os elementos do texto de Foucault, privilegiados por ambos os pensadores, que motivaram esse retorno à categoria autor, 2) as distintas perspectivas de análise adotadas, em conformidade com os respectivos campos de atuação dos estudiosos em pauta, 3) os possíveis desdobramentos resultantes dessas abordagens, como contribuição para o atual debate sobre o tema e, 4) considerando o lapso decorrido, ou seja, um período de mais de 40 anos, a pertinência e a necessidade de reconfiguração da instância autoral, na contemporaneidade.

Reputado como um dos mais importantes pensadores europeus em atividade, Giorgio Agamben, além de se dedicar especialmente ao estudo do pensamento político atual (vide, por exemplo, sua trilogia *Notas sobre a política, O que resta de Auschwitz e Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*), também atua em outros diferentes campos do saber, dentre os quais, filosofia, literatura, cinema, direito, filologia e teologia. O texto “O autor como gesto” foi publicado na coletânea de ensaios *Profanações* (AGAMBEN, 2007) e, ao lado de outros tantos em que a voz de Foucault se faz ouvir, confirma uma das opiniões correntes a respeito de Agamben: a de que seria um continuador do pensador francês.

De imediato, Agamben recupera a citação de Beckett evocada por Foucault (e já mencionada acima) – “Que importa quem fala, alguém disse, que importa quem fala” – com o intuito de endossar “a indiferença a respeito do autor como mote ou princípio fundamental da ética da escritura contemporânea” (AGAMBEN, 2007, p. 55). Não obstante, Agamben surpreende, nesse empréstimo, uma flagrante contradição, ao notar que, malgrado a indiferença quanto à voz enunciativa, a expressão “alguém disse” atesta a insuficiência do anonimato. Ainda que não seja possível localizar a origem dessa voz, um rosto inespecífico certamente se insinua no âmago desse “alguém”. Por isso, Agamben conclui que “[o] mesmo gesto que nega qualquer relevância à identidade do autor afirma, no entanto, a sua irredutível necessidade” (AGAMBEN, 2007, p. 55). Essa observação serve com efeito de pontapé inicial para o desenvolvimento da leitura efetuada pelo filósofo italiano. Principia-se a desenhar desde já a complexidade interposta na separação entre sujeito empírico e autor, cisão que sedimenta a base das reflexões de Foucault, cuja atenção é inteiramente voltada, como vimos, para a emergência e os locais de atuação da função autor, deixando de lado assim “o autor como indivíduo real”.

Agamben reforça o argumento de que Foucault insiste categoricamente nessa divisão sujeito-autor, lembrando que na segunda versão da conferência “O que é um autor?”, aquela apresentada com modificações na Universidade de Buffalo, o filósofo francês assevera:

O autor não é uma fonte infinita de significados que preenchem a obra, o autor não precede as obras. É um

determinado princípio funcional através do qual, em nossa cultura, se limita, se exclui, se seleciona: em uma palavra, é o princípio através do qual se criam obstáculos para a livre circulação, a livre manipulação, a livre composição, decomposição e recomposição da ficção. (FOUCAULT, 2001, p. 288)

Embora Foucault assegure não desprezar o sujeito empírico, rastreando-o “através dos processos objetivos de subjetivação que o constituem e dos dispositivos que o inscrevem e capturam nos mecanismos de poder”, Agamben estima que as “críticas hostis” ao pensamento foucaultiano detectam em suas estratégias reflexivas “a presença contemporânea de uma absoluta indiferença pelo indivíduo em carne e osso, e de um olhar decididamente estetizante a respeito da subjetividade” (AGAMBEN, 2007, p. 57)¹, ressaltando ainda que o autor de *As palavras e as coisas* tinha plena consciência dessa “aparente aporia”. Bastaria recordar, nesse sentido, a resposta dada por Foucault a Lucien Goldmann, por ocasião do debate que se seguiu à conferência no Collège de France, quando então este o acusa da intenção de “cancelar o sujeito individual”, ao que Foucault irônica e prontamente responde: “definir como se exerce a função-autor [...] não equivale a dizer que o autor não existe [...] Retenhamos, portanto, as lágrimas” (AGAMBEN, 2007, p. 57).

Agamben recorta essa passagem para evidenciar que “a função-autor aparece como processo de subjetivação mediante o qual um indivíduo é identificado e constituído como autor de um certo *corpus* de textos” (AGAMBEN, 2007, p. 57). Ou seja, partindo da tradicional cisão sujeito-autor, Agamben reitera o sentido do imperativo categórico foucaultiano que define o autor como aquele que ocupa o lugar do morto. Em síntese, trata-se de compreender uma vez mais o significado da morte do autor (não de sua morte “real”, nunca é demais repetir). Para tanto, retomando o destino designado por Foucault ao autor (“a ele cabe o papel do morto no jogo da escritura”), Agamben finalmente grava contornos mais severos ao que denomina “apa-

¹ De igual modo, Agamben também é “acusado” do mesmo delito, em razão de seu “conceito de testemunho como dessubjetivação”, avaliado por alguns críticos como sendo um “recoo estetizante” (Cf. ANTELO, 2009, p. 144).

rente aporia” de Foucault, esboçada por este desde a citada fórmula tomada de empréstimo a Beckett até sua estampa vigorosamente traçada na ideia de que “a marca do escritor reside unicamente na *singularidade da sua ausência*” (AGAMBEN, 2007, p. 58, grifos meus). Projetando luz sobre essa “aparente aporia”, Agamben, afinal, pergunta: “Mas de que maneira uma ausência pode ser singular? E o que significa, para um indivíduo, ocupar o lugar de um morto, deixar as próprias marcas em um lugar vazio?” (AGAMBEN, 2007, p. 58). A operação de leitura do filósofo italiano, ao conferir realce a essa aporia, converge para a fundamentação de sua concepção de “autor como gesto”. Vejamos como isso se dá.

Tendo em vista o conjunto da obra de Foucault, Agamben destaca o texto “A vida dos homens infames” como sendo o momento único no acervo do pensador francês “em que a legibilidade do sujeito aparece por um instante em todo seu esplendor”. Esse texto destinava-se inicialmente a ser uma espécie de introdução à antologia preparada por Foucault, reunindo vasto material (“documentos de arquivo, *lettres de cachet*”) colhido de suas pesquisas no Hospital Geral e da Bastilha. Mas o que eram exatamente as *lettres de cachet* que tanto interesse despertaram em Foucault? Tais cartas, emitidas exclusivamente pelo rei, consistiam na aplicação automática e imediata da justiça. Eram, pois, no século XVIII, uma “forma arbitrária de autoridade real” (FARGE, 2010, p. 598) exercida de modo a retirar de cena, de forma discreta, sem bulha, o indivíduo que porventura punha em perigo a honra da família evitando, com isso, o escândalo de submeter o caso à justiça ordinária considerada infamante. Desse modo, o repentino “sumiço” de um libertino ou de um ateu, por exemplo, ordenado pela missiva implacável, conciliava “a reparação da honra com a privacidade da família” (FARGE, 2010, p. 598). A garantia do sigilo era o que motivava a recorrência ao poder régio. Como certifica a historiadora Arlette Farge, em seu texto “Famílias. A honra e o sigilo”: “Já não se perde a honra se, secretamente, através do ato privado, sem aparato de justiça habitual, o rei manda encarcerar o importuno; sua ignomínia desaparece com ele na sombra da prisão” (FARGE, 2010, p. 601). Jamais teremos acesso a essas existências humanas. E todavia elas cintilam no “arquivo impiedoso da infâmia”. O que permite essa “instantânea fulguração”, segundo Agamben, é o fato de essas vidas infames “terem sido citadas

pelo discurso do poder, fixando-as por um momento como autores de atos e discursos celerados” (AGAMBEN, 2007, p. 58). Porém, os registros que essas vidas nos legaram nada comunicam de si mesmas. Suas biografias seguem alojadas no silêncio que as recobre. Agamben observa nesses registros o paradoxo da presença-ausência que permitiu um aceno dessas existências saído do fundo de seu indevassável silêncio: “[...] o gesto com o qual foram fixadas parece subtraí-las para sempre de toda possível apresentação, como se elas comparessem na linguagem apenas sob a condição de continuarem absolutamente inexpressas” (AGAMBEN, 2007, p. 59).

É neste ponto que Agamben alvitra a paridade entre o autor e a vida infame, na medida em que esta, por analogia, de algum modo pavimenta “o paradigma da presença-ausência do autor na obra”. O gesto do autor é por conseguinte essa marca ambivalente que a escrita performa, no limiar da esquiva e da apreensão: “

Se chamarmos de gesto o que continua inexpresso em cada ato de expressão, poderíamos afirmar então que, exatamente como o infame, o autor está presente no texto apenas em um gesto, que possibilita a expressão na mesma medida em que nela instala um vazio central. (AGAMBEN, 2007, p. 59)

O filósofo italiano desdobra seu argumento apoiando-se dessa vez na rentabilidade da expressão francesa *mises en jeu* (“postas em jogo”) usada por Foucault na seguinte passagem de seu texto sobre as vidas dos homens infames:

Não encontrareis aqui [...] uma galeria de retratos; trata-se, pelo contrário, de armadilhas, armas, gritos, gestos, atitudes, astúcias, intrigas, cujo instrumento foram as palavras. Vidas reais foram ‘postas em jogo’ (*jouées*) nessas frases. [...] Esses discursos realmente atravessaram vidas; essas existências foram efetivamente riscadas e perdidas nessas palavras. (AGAMBEN, 2007, p. 59)

Agamben salienta que, além da ambiguidade que a expressão francesa “postas em jogo” permite, porquanto o verbo *jouer* pode significar tanto jogar como encenar, é preciso levar em conta que o particípio protege o agente da ação, deixando-o “intencionalmente na sombra”. A vida jogada/encenada, escreve Agamben, “é o lugar possível, mas vazio, de uma ética, de uma forma-de-vida” (AGAMBEN, 2007, p. 60). O gesto do autor corresponderia a uma vida jogada na obra. Sua existência, contudo, está condicionada à inexpressão: “Ele [o autor] é o ilegível que torna possível a leitura, o vazio lendário de que procedem a escritura e o discurso” (AGAMBEN, 2007, p. 61). Assim como o autor, acrescenta ainda Agamben, também o leitor, no ato da leitura, se põe em jogo; por isso mesmo, também o leitor deve permanecer irrealizado:

O autor não é mais que a testemunha, o fiador da própria falta na obra em que foi jogado; e o leitor não pode deixar de soletrar o testemunho, não pode, por sua vez, deixar de transformar-se em fiador do próprio e inextausto ato de jogar de não se ser suficiente. [...] autor e leitor estão em relação com a obra sob a condição de continuarem inexpressos.
(AGAMBEN, 2007, p. 63)

A manutenção desse lugar vazio do vivido, por sua vez, institui o limite de toda leitura, o ponto além do qual não se pode avançar, uma vez que, como afiança Agamben, “[...] tão ilegítima quanto a tentativa de construir a personalidade do autor através da obra é a de tornar seu gesto a chave secreta da leitura” (AGAMBEN, 2007, p. 63).

No último parágrafo de seu texto, Agamben aciona novamente a entrevista aporia de Foucault, julgando-a agora menos enigmática, ao convocar o sujeito, alinhando-o com o autor e com a vida dos homens infames. Vale a pena, para melhor compreender esse alinhamento, que equipara sujeito-autor-homens infames, citar esta longa e última passagem, com a qual o filósofo italiano encerra suas reflexões:

O sujeito – assim como o autor, como a vida dos homens infames – não é algo que possa ser alcançado diretamente como uma realidade substancial presente em algum lugar; pelo contrário, ele é o que resulta do encontro e do corpo-a-corpo com os dispositivos em que foi posto – se pôs – em jogo. Isso porque também a escritura – toda a escritura, e não só a dos chanceleres do arquivo da infâmia – é um dispositivo, e a história dos homens talvez não seja nada mais do que um incessante corpo-a-corpo com os dispositivos que eles mesmos produziram – antes de qualquer outro, a linguagem. E assim como o autor deve continuar inexpresso na obra e, no entanto, precisamente desse modo testemunha a própria presença irreduzível, também a subjetividade se mostra e resiste com mais força no ponto em que os dispositivos a capturam e põem em jogo. Uma subjetividade produz-se onde o ser vivo, ao encontrar a linguagem e pondo-se nela em jogo sem reservas, exhibe em um gesto a própria irreduzibilidade a ela. Todo o resto é psicologia e em nenhum lugar na psicologia encontramos algo parecido com um sujeito ético, com uma forma de vida.

(AGAMBEN, 2007, p. 63)

Fica patente nesse arremate o *parti pris* de Agamben ao expor os mecanismos do que seria uma aporia apenas aparente no tratamento dado por Foucault à questão do autor e, por extensão, à questão do sujeito. Um certo entendimento dessa famosa conferência (vide, a propósito e como já dito acima, o debate que se seguiu à apresentação do tema) atribuía a Foucault o crime de lesa-sujeito, como se, ao postular a morte do autor (seu desaparecimento como entidade transcendental), a ação de despejo levasse no atacado, além do autor, o sujeito, o indivíduo real e correlatos. Como vimos, Agamben se empenha em defender o mestre, ao argumentar a favor da concepção de sujeito como uma “função variável e complexa do discurso”, concepção

que justificaria a não recorrência às “características individuais” daquele que escreve, motivo pelo qual o “alguém disse” poderia e deveria se manter no “anonimato de um murmúrio”, reduzido enfim a um gesto.

Considerando a época em que a conferência de Foucault é proferida, sobressaindo dessa moldura pretérita, embora sem exclusividade, a prática dos métodos estruturalistas, e considerando ainda, nessa perspectiva, o horizonte no qual se projetava o inimigo a combater, a saber, uma certa imagem de autor entificada e tirânica, para resumi-la grosseiramente, é possível compreender a necessidade talvez de um posicionamento mais incisivo no sentido de afastamento da empiria tanto do Autor como do Sujeito, já que o sujeito é pinçado rapidamente no final da discussão proposta por Foucault. Contudo, à luz do presente, num contexto de superexposição midiática da figura do autor, destinando-lhe uma virtual ubiquidade, alçando-o ao posto de *pop star* e, com isso, dilatando o “espaço biográfico” (ARFUCH, 2010); num contexto em que essa onipresença do autor invade, de forma recorrente e, portanto, sintomática, o próprio território do literário, calibrando as chamadas autoficções, ao promover propositalmente o embaralhamento vida e obra; num contexto em que a proliferação incontinenti das autobiografias, das biografias, dos diários e das correspondências abastece um interesse e uma curiosidade cada vez mais acentuados pelos segredos de alcova; num contexto em que a literatura de testemunho exige a prova da realidade, um teor testemunhal, para chancelar uma postura ética comprometida com a memória de episódios traumáticos da história humana sobre os quais é imperativo refletir – hoje e sempre; num contexto, enfim, em que tais aspectos se verificam sem dificuldade, nos caberia ainda secundar Foucault na sua utopia de uma cultura em que a função autor seria dispensável? Em outras palavras, seria possível sustentar sua hipótese de “uma cultura em que os discursos circulassem e fossem aceitos sem que a função autor jamais aparescesse, em que eles se desenvolvessem ‘no anonimato de um murmúrio’”?

Não se trata aqui evidentemente de defender o caminho de volta, propondo um *retorno do autor* como aquela figura anterior e exterior ao texto, detentora dos direitos sobre o Sentido do mesmo. Nada disso. Mas sem dúvida é preciso empreender um *retorno ao autor* para tentar acompanhar as mutações operadas no seu modo de construção atual no âmbito de um

cenário onde ele é cada vez mais convocado a atuar como protagonista, seja para reagir ou, ao contrário, para submeter-se às manobras de um mercado voraz e insaciável, seja para intimá-lo a validar seu testemunho, não lhe outorgando mais a condição impotente de “ocupar um lugar possível, mas vazio, de uma ética, de uma forma-de-vida”. De uma maneira e/ou de outra, é inegável que importa, sim, quem fala, ou, dito de outro modo, é no mínimo insuficiente para a compreensão do amplo espectro de aparição e atuação do autor reduzi-lo hoje a uma função. Sua presença massiva em *blogs*, redes sociais, *talk-shows* e *reality-shows*, por exemplo, ao lado de sua manifestação em tramas autoficcionais, testemunhais, confessionais, constitui, no conjunto, as diversas performances do escritor, entendendo performance aqui não como sinônimo de representação, porém, como indica a tradução do termo em inglês, como ação, transformação.

O gesto do autor na contemporaneidade alarga sobremaneira os espaços nos quais ele se põe em jogo, espaço não mais restrito à escrita, abarcando doravante suas intervenções na vida pública, reduto no qual desfilam suas metamorfoses identitárias, passíveis de serem acompanhadas devido a uma espécie de acessibilidade promíscua facultada pela frequência avassaladora com que exhibe sua presença.

Na esteira do redimensionamento da construção do autor, urge não negligenciar esses aspectos flagrantes da paisagem contemporânea. Tais aspectos certamente interferem na configuração do autor e, conseqüentemente, no modo de circulação do próprio nome de autor. Talvez por isso seja no mínimo complicado colocar no mesmo plano de equivalência o sujeito, o autor e a vida dos homens infames. No caso desta última, a “antologia de existências” registradas em algumas linhas, às vezes em algumas páginas, “vidas breves encontradas por acaso em livros e documentos” (FOUCAULT, 2006, p. 203), é certo que estando livres de qualquer contingência empírica, uma vez que essas vidas há muito se calaram e foram caladas, subsumidas nas linhas que capturam seu gesto inenfático, o poder sobre elas é soberano e elas nada podem fazer para alterar essa irrevogável condição. Foram postas em jogo e estão condenadas a permanecer perpetuamente no abismo de seu silêncio. Se emergem é porque são faladas, ratificando a cada vez a fatal passividade que lhes cabe na ordem dos discursos. Em contrapartida, o autor,

na atualidade, ainda que capturado pelas artimanhas micro ou macrofísicas do poder (afinal, ninguém escapa delas, diria Foucault), possui a “vantagem” de interferir no circuito do jogo no qual decidiu pôr-se. Por isso, é curioso o fato de Agamben ter ido buscar como modelo para sua concepção de autor como gesto justamente a vida dos homens infames, ignorando as condições históricas absolutamente distintas que existem entre o século XVIII e o nosso.

No texto compilatório, “A vida dos homens infames” (FOUCAULT, 2006, p. 203-222), Foucault faz absoluta questão de apontar os critérios que orientaram sua antologia: era imprescindível que os personagens tivessem realmente existido; que os textos recolhidos não fossem, em relação aos desprezados, mais fiéis à realidade dos fatos, mas que tivessem efetivamente desempenhado um papel na realidade na qual se circunscrevem e que tivessem sido atravessados por essa mesma realidade; e que as vidas sublinhadas pertencessem àquela categoria de existência prosaica destinada a passar sem deixar rastros, vidas “que não fossem dotadas de nenhuma dessas grandezas estabelecidas e reconhecidas – as do nascimento, da fortuna, da santidade, do heroísmo ou do gênio” (FOUCAULT, 2006, p. 207). O intuito de Foucault, como antologista, era mostrar precisamente que o acesso a fragmentos dessas vidas só foi possível porque essas existências um dia cruzaram com o poder e provocaram suas forças, do contrário jamais teriam vindo à luz. Suas biografias são biografias não autorizadas. Situação bem diferente, como já dito, é a que experimenta o autor na contemporaneidade. Para além ou para aquém de seu caráter funcional, talvez fosse necessário pensar atualmente a categoria autor, computando, de um lado, os efeitos dos holofotes que o alvejam, transformando-o em instantânea celebridade, e, de outro lado, as artimanhas de sua loquacidade dentro e fora da escrita, surpreendendo aí o modo como ele intervém no jogo, arbitrando suas regras e acatando outras tantas que lhe são impostas, às quais, muitas vezes, com maior ou menor esforço, ele pode, quem sabe, vir a ceder. Deliberar pôr-se em jogo comporta, neste caso, uma negociação que pressupõe responsabilidade ética. Talvez fosse já o momento de reivindicar do autor essa responsabilidade pela sua atuação, pela sua performance na “sociedade dos indivíduos” (para fazer referência aqui ao importante livro de Norbert Elias²). O autor não mais

² Cf. ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Organizado por Michael Schröter. Trad.

encarado apenas como uma função, não estaria predestinado a ser falado, não se encontraria encerrado num mutismo impotente, mas poderia e deveria participar do lance de dados que define seu papel no contexto social no qual atua. E se depois de tudo o que foi argumentado julgarmos pertinente prosseguir com a noção de autor como uma função, seria preciso indagar, partindo da constatação de que Foucault afirmava ser a função autor nem universal nem atemporal: como conceber, afinal, hoje a função autor?

O mesmo Collège de France onde Foucault ministrou seus cursos durante 13 anos acolhe, desde 2007, o historiador francês Roger Chartier, responsável pela cátedra Escrita e Culturas na Europa Moderna. Seu foco precípua de interesse abrange as práticas e representações da leitura e da escrita, tendo publicado vários livros sobre o assunto, inúmeros deles vertidos para o português, como, por exemplo: *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*, *Práticas de leitura*, *A aventura do livro: do leitor ao navegador* e *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura*, para só citar alguns. Assim como Agamben, também Chartier mantém um estreito diálogo com Foucault (é o que podemos ver, por exemplo, nos textos “A quimera da origem: Foucault, o Iluminismo e a Revolução Francesa” e “O poder, o sujeito, a verdade. Foucault leitor de Foucault”, que se encontram no livro *À beira da falésia: a História entre certezas e inquietude*).

O texto “O que é um autor? Revisão de uma genealogia” foi idealizado originalmente como conferência, proferida para a mesma Sociedade Francesa de Filosofia diante da qual Foucault apresentou o tema ora revisitado por Chartier. Publicada a conferência no ano 2000 na França e em 2012 no Brasil, destaca-se no texto a postura adotada pelo historiador permitindo atestar o respeito e a admiração que o pensamento foucaultiano inspiram, o que contudo não impede Chartier de efetuar uma “ultrapassagem por adesão”, expressão que segundo explica Luzmara Curcino, autora do texto de apresentação, é “própria de quem lhe reconhece a força e o alcance do pensamento, mas não se intimida em superar seus limites e em retificar algumas de suas interpretações” (CURCINO, 2012, p. 8-9).

A abordagem de Chartier, diferentemente da realizada por Agamben, investe no reexame da questão de Foucault com um olhar radicado na história,

Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

lembrando ainda, para melhor identificar seu campo discursivo de partida, que Chartier pertence à tradição da *École des Annales*, que deu origem a uma forma de história sociocultural dedicada à investigação das mentalidades e dos processos civilizatórios numa perspectiva multidisciplinar e não positivista, ou seja, não reduzida ao mero registro de fatos e acontecimentos históricos. Logo no início de sua conferência, Chartier resume seu intento:

Eu lhes proporei hoje, de uma maneira mais simples, uma pesquisa histórica retrospectiva, do século XVIII ao XIV, com o objetivo de revisar algumas respostas que o próprio Foucault dera à questão que ele mesmo havia formulado e a qual nos legou: O que é um autor? (CHARTIER, 2012, p. 26)

Objetivando definir de imediato o procedimento metodológico adotado para o reexame da conferência de Foucault, Chartier recorda que em 1969, o pensador francês cuidava de determinar a distinção entre a análise histórico-sociológica da figura do autor e a construção da função autor. O primeiro modo de análise redundaria numa sociologia do campo literário, incluindo aí uma gama de conhecimentos biográficos, para a qual concorreriam “as origens sociais, profissionais, culturais dos autores, não importando seu campo de atividade” (CHARTIER, 2012, p. 27). Esse primeiro modo de análise do autor, de natureza histórico-sociológica, é preterido por Chartier, que adere ao segundo modo, isto é, ao fito de investigar, no rastro de Foucault, a construção da função autor, firmando assim o posicionamento abonado: “Trata-se [...] de considerar o autor como uma função variável e complexa do discurso, e não a partir da evidência imediata de sua existência individual ou social” (CHARTIER, 2012, p. 27).

Ao concentrar-se no histórico da função autor, Chartier, como o fizera, por seu turno, Agamben, retoma alguns relevantes postulados de Foucault, dentre os quais o fato de a função autor resultar em “operações específicas, complexas, que relacionam a unidade e a coerência de alguns discursos a um dado sujeito” (CHARTIER, 2012, p. 28), advindo daí a necessidade de identificar os textos atribuíveis à função autor, distinguindo-os dos não sus-

cetíveis de autoria, operação que, por sua vez, remete à reflexão sobre a diferença entre nome de autor e nome próprio e, por extensão, à reflexão sobre a categoria de obra e a de escrita. A súmula dos mecanismos implicados na função autor tenciona reforçar o “afastamento radical entre o nome do autor e o indivíduo real, entre uma categoria do discurso e o eu subjetivo”, de modo a se poder pensar, conforme determina o historiador, “a ideia de uma função que conduz, de uma pluralidade de posições de autores, de uma diversidade de vozes nos discursos, a uma individualidade autoral única ou, ao contrário, de uma função que é princípio de identificação do discurso e que pode ser possivelmente atribuída a diferentes indivíduos, concorrentes ou colaboradores” (CHARTIER, 2012, p. 30).

Para melhor demonstrar os limites que apartam autor e sujeito de carne e osso, Chartier evoca o texto “Borges e eu”, do livro *O fazedor* (BORGES, 1999), publicado pelo escritor argentino em 1960, por ser esse texto “uma ilustração fulgurante da distância entre o eu empírico e a função discursiva” (CHARTIER, 2012, p. 30). A certeza de que Borges tematiza essa distância, como se suas palavras erguessem o alambrado que impede o acesso entre Borges e o eu inscrito no título, seria respaldada pela maneira como o narrador em primeira pessoa compara, de um lado, a liberdade de que desfruta como anônimo, como um indivíduo a mais na multidão, e, de outro lado, as engrenagens que enredam o personagem escritor Borges, subordinado aos “mecanismos sociais e institucionais que constroem o autor, a identidade do autor” (CHARTIER, 2012, p. 31). Porém, apesar de insistir no distanciamento entre as duas instâncias, a autoral e a individual, Chartier reconhece que é preciso ir além da “distinção fundadora, presente tanto em Borges quanto em Foucault”, num esforço votado à identificação de um “jogo complexo de relações entre o Eu e o Outro” (CHARTIER, 2012, p. 32). Entretanto, ao invés de explorar aí a questão da contaminação mútua promovida entre os expedientes atuantes desse “jogo complexo”, como estratégia que irremediavelmente oblitera a resoluta separação entre o Eu e o Outro, Chartier opta por uma chave de leitura que repercute uma copiosa parcela da crítica da obra borgeana, para a qual o desdobramento identitário proporcionado por esse jogo culminaria na “abolição da personalidade”, em nome de uma “poética da leitura” (MONEGAL, 1980)

que prevê o apagamento do autor. Embora, como disse, Chartier concorde com esse viés interpretativo, percebe aí que a suspensão da função autor, seu banimento da ordem dos discursos, constitui tão-somente um “sonho utópico”, alimentado por ambos, Borges e Foucault. Afinal, se, como avalia Foucault, “o anonimato literário não é suportável para nós; só o aceitamos na qualidade de enigma” (FOUCAULT, 2001, p. 276), quanto mais Borges (e isso, guardadas as devidas diferenças, se estenderia ao próprio Foucault) se esforça em apregoar o desaparecimento do autor, em benefício da figura do leitor, mais imperiosa e pujante se torna sua presença. E mais: além de a função autor ser inarredável, o texto de Borges permite entrever ainda que ela é insuficiente. Chartier abeira-se dessa aporia nada aparente, mas excessivamente visível (para lançarmos daqui um aceno a Agamben), a soldar escrita, autor e indivíduo. Esse tríplice enlace não por acaso encontra-se no fecho do breve texto borgeano: “Não sei qual dos dois escreve esta página” (BORGES, 1999, p. 206). Digo que Chartier apenas abeira-se da aporia porque, ao deparar-se com o embaraço desse entrelaçamento, o historiador limita-se a lançar mão de um ardiloso argumento inspirado pelo seguinte trecho do texto de Borges: “Mas eu devo perseverar em Borges, não em mim (se é que sou alguém). No entanto, eu me reconheço menos nesses livros do que em muitos outros, ou do que no toque cuidadoso de um violão” (CHARTIER, 2012, p. 35). O breve trecho avulta, para Chartier, como exemplo de que a literatura, ao desafiar nossas “pobres categorias analíticas”, nos revelaria o quanto somos impotentes. A impotência a que se refere Chartier concerne em especial ao tratamento da dimensão metafísica, ontológica, dimensão flagrada, segundo ele, nesse específico recorte do trecho citado: “Mas eu devo perseverar em Borges, não em mim (se é que sou alguém)”. A insurgência aí de uma empiricidade insinuada constrange o historiador, que, ao fim e ao cabo, constata: “Vemos que nesta frase, ‘se é que sou alguém’, a ‘função autor’ não é mais simplesmente pensada como uma função discursiva, um modo entre outros de atribuição dos discursos, mas como o que dá existência a uma ausência essencial” (CHARTIER, 2012, p. 35). A despeito de reconhecer que aqui a função autor assoma insuficiente, Chartier contorna o problema acusando na frase uma espécie de metafísica negativa (a existência de uma ausência essencial), a radicalidade

da saída nada francesa forçando a barra para transformar a aporia, o atrito tensivo da tríade autor, indivíduo e escrita, numa inadvertida questão metafísica, arremessando-a dessa forma para longe do problema da função autor perturbada pela empiria, uma vez que nossa indigência analítica seria capaz de enfrentar as categorias abstratas, desde que não tivessem a incômoda intromissão da materialidade da vida. Talvez por essa razão Chartier tenha silenciado sobre a última frase do texto de Borges citada há pouco: “Não sei qual dos dois escreve esta página” (BORGES, 1999, p. 206), suspendendo antes desse término a discussão. Coincidentemente ou não, tanto em Agamben quanto em Chartier, é a emergência desse intempestivo referente “alguém” que aquece a discussão sobre a distinção entre função autor e indivíduo real, seja para desfazer a aporia (como vimos no caso de Agamben), seja para esquivar-se dela (como o faz Chartier). Ora, é o caso de nos questionarmos se aludir à empiria, num contexto em que a crítica do sujeito pleno, autoevidente, já foi explorada até a náusea, significa fatalmente retroceder a impasses metafísicos e ontológicos. Será que estamos fadados a pensar a empiria somente investida dessa dimensão transcendental? Não seria mais rentável reivindicar-lhe, ao invés, uma dimensão ética condicionada à construção da figura do autor?

Outro aspecto da conferência de Foucault examinado por Chartier diz respeito à revisão da cronologia esboçada pelo filósofo francês. Procedendo à genealogia do autor, palmilhando a trajetória demarcada por Foucault, Chartier refaz o caminho retificando alguns dados históricos agenciados nas reflexões do mestre. Dentre os momentos da cronologia retomados por Chartier destaca-se a emergência da função autor conectada à implementação de um sistema de propriedade, característico das sociedades modernas, que garantia os direitos do autor. No texto de Foucault, esse momento é situado no fim do século XVIII e no início do século XIX. Todavia, Chartier explica que essa história teria começado bem antes e está diretamente ligada ao fato de o regime de propriedade literária irromper como uma estratégia de manutenção dos privilégios dos livreiros sobre as obras por eles editadas, e não como um modo de assegurar os direitos do autor:

[...] não é tanto em função de uma aplicação particular da propriedade burguesa que nasce uma definição da propriedade literária, mas, ao contrário, se esta propriedade literária é uma das formas fundamentais de sustentação da ‘função autor’ [...] é no interior da defesa do direito do livreiro editor, e não do autor, que ela se afirma.

(CHARTIER, 2012, p. 42).

Logo, contrariamente à cronologia noticiada por Foucault, que fixava a criação do direito autoral em fins do século XVIII, o historiador informa que a instauração desse direito ocorre não no final, mas no início desse século, emergindo não exatamente como um avanço benéfico (para o autor) destinado a proteger a propriedade autoral, mas como um ardil a serviço da garantia de um direito sancionado aos livreiros e impressores do século XVI inglês, que regulamentava a circulação de textos. Chartier relembra que o Estatuto da Rainha Ana, votado pelo Parlamento inglês em 1709, modificou as práticas de publicação dos textos. Até essa data, os livreiros detinham o monopólio exclusivo e perpétuo sobre o *copyright* (direito sobre a obra) que tinham obtido. Na verdade, Chartier esclarece que o termo designado para esse monopólio até 1701 não era propriamente *copyright*, mas *right in copies* (direito de reprodução). O Estatuto de 1709 rompia “esse duplo monopólio” dos livreiros, já que concedia aos autores o registro de suas próprias obras, consentindo-lhes a um tempo a obtenção do *copyright* e a edição dos próprios textos. Nascia aí pois o autor-proprietário. Além disso, fixava um prazo de validade para o *copyright*, que durava 14 anos podendo dobrar esse período no caso de o autor estar ainda vivo. Essa duração era equivalente à duração fixada para um regime de patente, um intervalo de tempo que “cobria a exploração exclusiva de uma invenção técnica, de um procedimento, de uma máquina” (CHARTIER, 2012, p. 45). Com a finalidade de impedir o fim de seus privilégios, os livreiros ingleses em contrapartida inventaram a propriedade literária, com base em duas justificativas: por um lado, a alegação pautada no direito natural de propriedade (o homem é proprietário legítimo do fruto de seu trabalho); por outro lado, o argumento ancorado

numa razão de ordem estética (a defesa da propriedade autoral alicerçada na ideia de originalidade da obra, fruto de uma criação singular, ideia largamente difundida no século XVIII). Essas duas justificativas contestavam a equiparação entre o *copyright* e a patente, ao buscar derrubar a equivalência entre a obra literária e a invenção técnica, devolvendo ao autor o direito perpétuo sobre sua produção. De posse desse direito conquistado, o autor-proprietário poderia, caso quisesse, transferir ou quem sabe vender esse direito a um livreiro, que, desse modo, assumia com essa transferência a imprescritibilidade e perpetuidade dos direitos sobre a obra. Chartier constata que “talvez a passagem do *right in copies* [...] ao *copyright* tenha sido uma maneira, no uso vocabular, de desmaterializar o que é o próprio objeto da propriedade literária” (CHARTIER, 2012, p. 46), alertando que a propriedade sobre as obras não sobrevém somente em decorrência dessa dupla reflexão filosófica e estética do século XVIII, mas está diretamente relacionada à distinção entre o objeto, a forma material e o texto abstrato, posto que “aquele que é proprietário do objeto escrito não é mais o proprietário do texto e que o proprietário do texto é aquele que, eventualmente, se desfez da propriedade do objeto” (CHARTIER, 2012, p. 50).

Do curso de suas reflexões, dentre as transformações atinentes à história do livro, projetam-se duas ligadas ao manuscrito. A primeira diz respeito à composição, no século XIV francês, de textos consagrados aos “inventores míticos da escrita” e do retrato do autor, de que são exemplos certos textos apologeticos de poetas endereçados aos seus mestres igualmente poetas, incluindo ainda, nessa safra de dicção francesa, a “constituição de um primeiro cânone sempre em forma de cemitério literário” (CHARTIER, 2012, p. 59). A segunda concerne à mudança do próprio objeto livro. Antes do século XIV, predominava a concepção de livro como miscelânea reunindo “textos de datas, gêneros, línguas e ‘autores’ muito diferentes”. A partir do século XIV, antes portanto da invenção da imprensa, o livro passa a adquirir uma nova feição, sendo idealizado como compilação de textos produzidos por um único autor. É com base nessa unidade que cinge o objeto livro, a obra como produto de uma singularidade e o nome do autor que Chartier fundamenta sua hipótese de emergência da função autor num período bem anterior ao instituído por Foucault:

[...] nesta genealogia de longa duração não podemos colocar em jogo unicamente a ordem do discurso, mas também a ordem dos livros [...]. Acredito que a melhor maneira para avançar uma resposta [à questão lançada por Foucault] é introduzir, no quadro de uma reflexão propriamente filosófica, intelectual ou estética sobre a autoria, a dimensão da própria materialidade dos textos [...]. (CHARTIER, 2012, p. 61)

Chartier cessa seus comentários sobre a conferência de Foucault assinalando que pensar a função autor implica, em síntese, acatar a indissociabilidade de dois importantes expedientes: a natureza discursiva e a condição material dos textos, acrescentando:

É sob essa nova forma que se enraíza, no Ocidente, muito antes de Gutenberg, a relação sempre necessária, instável e conflituosa, entre o escritor e o indivíduo, entre o autor como ficção e o sujeito como ego, esta tensão, pela qual comecei, entre Borges e Eu, mas tendo em mente sua observação, a de que se admita que o Eu seja alguém. (CHARTIER, 2012, p. 63)

Curioso notar que as últimas palavras da conferência de Chartier retomam a aporia anteriormente exposta, tangenciada pelo historiador, envolvendo figura autoral e empiricidade, aporia travestida aqui de “necessária, instável e conflituosa”, confirmando assim a dificuldade, igualmente detectada em Agamben, de lidar com essas categorias vistas por ambos como antagônicas.

Finalizo reiterando que, se levarmos em conta que o autor na contemporaneidade se encarrega à exaustão de performar um alguém cada vez mais presente no nosso campo de visão, ao ponto mesmo de interferir inevitavelmente nos modos de recepção dos textos e na própria concepção de obra (obra hoje é também o que o autor escreve nas redes sociais e nos *blogs*, o que diz nos *talk shows* etc.), se admitirmos que o autor submete-se às

mesmas condições de existência preconizadas para o sujeito não cartesiano, descentrado, não investido de autoevidência, é necessário e urgente a meu ver enfrentar a seguinte questão: como podemos dimensionar atualmente a função autor, sem contabilizar aí esses egos performados, ou seja, sem ignorar na construção da figura autoral e no seu regime funcional a importância, enfim, de quem fala?

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O autor como gesto. In: _____. *Profanações*. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 55-63.

ANTELO, Raúl. Agamben e o testemunho centrífugo: ato sem essência, potência sem ação. In: GALLE, Helmut et al. (Org.). *Em primeira pessoa: abordagens de uma teoria da autobiografia*. São Paulo: Annablume; Fapesp; FFLCH; USP, 2009. p. 143-170.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: _____. *O rumor da língua*. Tradução de Antônio Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 49-53.

BORGES, Jorge Luis. Borges e eu. Tradução de Josely Vianna Baptista. In: *Obras completas de Jorge Luis Borges*. v. 2 São Paulo: Globo, 1999. p. 206.

CHARTIER, Roger. *O que é um autor?* Revisão de uma genealogia. Tradução de Luzmara Curcino e Carlos Eduardo Bezeera. São Carlos (SP): EdUFSCAR, 2012.

CURCINO, Luzmara. Apresentação: Roger Chartier leitor de Michel Foucault, o respeito a um legado e o enfrentamento de seus limites: reflexões sobre a autoria. In: CHARTIER, Roger. *O que é um autor?* Revisão de uma

genealogia. Tradução de Luzmara Curcino e Carlos Eduardo Bezeera. São Carlos (SP): EdUFSCAR, 2012. p. 7-21.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Michael Schröter (Org.). Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FARGE, Arlette. Famílias. A honra e o sigilo. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. Tradução de Hildegard Feist. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 581-617.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996. (col. Leituras Filosóficas)

_____. O que é um autor? In: _____. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298. (col. Ditos e Escritos, v. III)

_____. A vida dos homens infames. In: _____. *Estratégia, Poder-Saber*. Seleccionador de textos e organizador: Manoel Barros da Motta. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 203-222. (col. Ditos e Escritos; v. IV)

MONEGAL, Emir R. *Borges: uma poética da leitura*. Tradução de Irlemar Chiampi. São Paulo: Perspectiva, 1980.

Recebido em: 16/02/14
Aceite em: 09/05/14